

Por que os húngaros comemoram o dia 15 de Março?

Marilena Vizentin¹

A Primavera dos Povos

A primeira metade do século XIX ficou marcada pelos ideais liberais e pelos movimentos de renascimento nacional herdados da Revolução Francesa de 1789, tendo se espalhado rapidamente tanto pela Europa como pela América. Com o objetivo de conter esses ideais transformadores, as coroas russa, austríaca e prussiana reuniram-se em 1815 no Congresso de Viena e formaram uma espécie de coligação denominada Santa Aliança, cuja intenção era restaurar a ordem vigente anterior a 1789. Queriam, nesse sentido, restaurar o Antigo Regime, que por sua vez se caracterizava pelo absolutismo monárquico, pelo mercantilismo e pela interferência do Estado na economia. Nessa ocasião, comprometeram-se a auxiliar militarmente todas as monarquias que tivessem sua autoridade ameaçada de alguma forma. Esse projeto, todavia, não foi capaz de deter a onda revolucionária que tomaria conta da Europa em 1848.

Nesse período ocorre também uma crise agrícola que atinge todo o continente, provocando a elevação súbita dos preços e, conseqüentemente, a redução da capacidade de consumo de produtos manufaturados, relegando à miséria grandes setores da população. A queda do consumo motivou então a demissão de operários nos centros urbanos, e isto os levou, juntamente com os membros do campesinato, a exigir melhores condições de vida e de trabalho. Ocorre assim uma série de revoltas contra o regime monárquico que prepara o terreno para os acontecimentos de 1848.

1 Mestre em História Econômica pela FFLCH-USP e editora na Editora da USP.

Também chamada de Primavera dos Povos – por ter marcado o despertar das nacionalidades – esses levantes eram locais e não havia uma coordenação entre eles. A partir de Paris, tiveram rápida propagação nos grandes centros urbanos, tendo sido liderados, em sua maior parte, por reformadores, membros da classe média, intelectuais e trabalhadores, que ansiavam por representação política.

Apesar de seus ideais românticos e da luta em favor de uma sociedade mais justa, a Primavera não conseguiu transformar definitivamente a Europa. Em sua maior parte, as revoltas foram controladas em menos de um ano, e as mudanças sociais a que tanto ansiavam acabaram sufocadas pela emergente segunda revolução industrial e por uma tênue calmaria política e econômica. Demonstraram, no entanto, a nova articulação política que estava sendo engendrada e abriram caminho para a unificação de muitas nações, a exemplo da Itália e da Alemanha. É a partir desse momento que a sociedade burguesa tem alguns de seus princípios assegurados, tais como a igualdade civil, o acesso a cargos públicos, o fim dos privilégios de ordem feudal e o estabelecimento de novas instituições jurídicas. Por fim, essas revoluções demonstraram o potencial de mobilização das classes trabalhadoras em torno de seus interesses e de seus projetos políticos. Os regimes autocráticos teriam sobrevida ainda até o início da Primeira Guerra Mundial, quando a ordem estabelecida em Viena finalmente implode.

A Hungria na Primeira Metade do Século XIX

A Hungria da primeira metade do século XIX pertencia ao império austríaco, sendo governada diretamente de Viena a partir de assembleias gerais. Nenhuma assembleia dessa natureza, no entanto, foi realizada entre 1815 e 1825, de modo que as reivindicações nacionais húngaras foram impedidas de ser discutidas nesse período.

Entre 1825 e 1827 há finalmente a convocação de uma assembleia, que extingue os recrutamentos e os aumentos arbitrários de impostos e incentiva o uso da língua húngara nos meios oficiais da Hungria. Mas é apenas na assembleia de 1832-1836, sob a liderança do conde István Széchenyi, que a independência em relação a Viena aumenta: progridem a liberdade religiosa, os direitos civis e o emprego da língua húngara, ao mesmo tempo que são mais intensamente defendidos os interesses econômicos. Essas reformas não significam efetivamente uma ruptura em relação aos Habsburgos – especialmente se se levar em consideração que seus representantes eram, em sua maioria, membros da nobreza e que estes procuravam, em alguma medida, defender seus próprios interesses. O fato de um

membro da aristocracia como Széchenyi estar à frente de propostas que favorecessem a população em geral configura-se, portanto, como um grande avanço social.

István Széchenyi era um reformista liberal moderado e considerava um exemplo os países desenvolvidos da Europa ocidental. Depois de uma visita à Inglaterra, fez muito pela introdução dos métodos econômicos e técnicos lá observados na Hungria. Fundou, entre muitas outras instituições, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e a primeira Academia de Agricultura, tendo sido um grande incentivador e promotor da navegação do Danúbio e da industrialização, além de autor de muitos livros sobre bancos, crédito e indústria. Para ele, a transformação do país só seria possível se houvesse, necessariamente, o fim do direito de sucessão medieval e a extinção da servidão camponesa. Ele defendia que o progresso passava pela igualdade dos deveres cívicos e pelo pagamento de impostos por parte da nobreza, e não pela sublevação social ou pela demagogia nacionalista.

Na esteira das inovações industriais, das construções, dos projetos ferroviários e trabalhos de infraestrutura que grassavam na Hungria nessa primeira metade do século XIX, há também um grande incentivo às associações de cidadãos e o florescimento de uma nova geração de escritores e artistas engajados na causa nacionalista, atrelada à recente renovação da língua e da literatura húngaras. Aqui podemos citar, a título de exemplo, Ferenc Kölcsey, deputado, pensador político e poeta, que em 1823 escreveu os versos do “Hino Nacional” (“Himnusz”), assim como Mihály Vörösmarty, poeta, tradutor de Shakespeare para o húngaro, autor dramático e de vários dicionários húngaros, que em 1836 compôs uma “Ode à Nação” (“Szózat”). Estes intelectuais abriam caminho, por sua vez, à geração de um Sándor Petőfi, importante poeta da revolução.

Lajos Kossuth, por sua vez, pertencia à baixa nobreza, era advogado e jornalista e um veemente crítico do império austríaco. Desde o início dos anos de 1840 reivindicava, junto com seus partidários, autonomia econômica e política para a Hungria dentro do Império Habsburgo, a libertação dos servos, a abolição dos privilégios da nobreza, o reconhecimento da igualdade de direitos da propriedade civil e a criação de uma indústria nacional independente, ou seja, defendia o início da transformação burguesa. Opôs-se a Széchenyi em muitos momentos porque acreditava que o progresso em si não levaria à liberdade nacional. Para ele, isso seria conquistado apenas através da democracia, da cultura, da educação e da administração húngaras, o que ia de encontro às aspirações da população em geral. Ele é, então, o primeiro a conduzir uma política das massas populares, tendo sido considerado, após sua capitulação, como um herói da liberdade.

1848, o Ano das Revoluções

Depois de Palermo e Nápoles, a revolução estoura em Paris em 23 de fevereiro, ocasionando a queda de Guizot, a abdicação de Luís Felipe e a proclamação da segunda república francesa. Em 13 de março a revolução eclode em Viena, seguida pela Alemanha e daí atinge a Hungria.

Estimulados pelas notícias sobre essas insurreições, os liberais húngaros desencadeiam a rebelião nacional. Kossuth passa à ofensiva política na assembleia em Viena e encontra respaldo imediato entre os intelectuais de Pest, onde à época estão localizados a universidade, as gráficas, os cafés e a maioria das instituições culturais. No dia 14 de março, Sándor Petőfi elabora a célebre “Canção Nacional” (“Nemzeti Dal”), um apelo contra a dominação austríaca, enquanto József Irinyi redige a “Reivindicação da Nação Húngara”, os famosos “Doze Pontos”, que compreendem o essencial do programa de Kossuth e as ideias dos radicais de Pest.

Juntamente com um grupo de estudantes, jornalistas e nobres progressistas, os revolucionários tomam as ruas de Pest e libertam da prisão militar austríaca o escritor Mihály Táncsics, porta-voz das reivindicações camponesas. Depois, imprimem o poema e os “Doze Pontos” sem a autorização da censura (o dia 15 de março é considerado, inclusive, o dia da liberdade de imprensa na Hungria) e se reúnem em frente ao Museu Nacional. Dali se dirigem à Assembleia Municipal em Buda, na outra margem do Danúbio, seguidos por grande multidão. O “Nemzeti Dal” é então declamado e são apresentados os “Doze Pontos”, os quais, entre outros, exigem: a liberdade de imprensa e a abolição da censura; a instituição de um governo húngaro independente em Buda e Pest; a convocação de uma assembleia nacional anual; a igualdade civil e religiosa perante a lei; a criação de um exército nacional; a contribuição igualitária de encargos públicos; a supressão dos direitos senhoriais sobre a terra; a criação de um banco nacional; a libertação dos presos políticos e a união com a Transilvânia.

O governo austríaco, sob pressão e ainda abalado pela recente revolução em sua própria capital, ratifica as leis mais importantes da assembleia húngara, sancionadas posteriormente em abril (e que ficaram conhecidas como as “Leis de Abril”), e aceita a formação do governo húngaro sob a presidência do conde Lajos Batthyány, tendo Kossuth como ministro das finanças e Széchenyi na pasta dos trabalhos e transportes públicos. A Hungria passa então a ser uma monarquia parlamentar, governada por um ministro designado e regida pelo imperador da Áustria. Em maio, a Transilvânia proclama sua reunificação junto à Hungria e, em julho, é aberta a primeira assembleia nacional húngara, seguida de eleições gerais.

Concomitantemente, as minorias nacionais começam a fazer suas próprias reivindicações, pois se sentem ameaçadas diante do poder concedido aos húngaros a partir das Leis de Abril. Passam, então, a exigir o mesmo nível de autonomia em relação à Hungria. Não havia, no entanto, disposição por parte dos liberais húngaros em atendê-las, pois isso significava renunciar a uma concepção de Estado unitário e em conceder-lhes autonomia territorial. Os reformadores acreditavam que a libertação dos servos e os direitos civis acordados sem discriminação étnica e religiosa bastariam para resolver o problema das minorias, que, todavia, seguem cada vez mais conscientes de sua identidade.

Às vésperas da revolução, a Hungria contava com cerca de catorze milhões de habitantes. O país havia, portanto, superado o déficit demográfico após a ocupação turca entre os séculos XVI e XVII, mas mais da metade de sua população era composta de etnias não magiars. É importante lembrar que, durante os duzentos anos dessa ocupação a Hungria teve a maior parte de sua população dizimada ou escravizada. Quando ela é libertada com o auxílio dos Habsburgos, é considerada como uma província conquistada, que a coroa austríaca repovoava de maneira desordenada, incentivando a ocupação das terras por alemães, romenos, eslovenos etc. Em 1848, portanto, a etnia húngara representava 41,5% da população, enquanto 19,3% eram romenos, 24,4% eslavos e 11,6% alemães. Mas o problema das minorias nacionais não se restringe apenas à questão da língua em si, havia ainda a serem considerados os aspectos jurídicos, econômicos, escolares, culturais e religiosos. A concepção dos reformadores húngaros de um estado em que a língua húngara era a oficial, e onde uma política de assimilação era fundamental, não agradava aos intelectuais e defensores da autonomia das nacionalidades. Por isso começam a surgir inúmeros atritos com os sérvios, croatas, eslováquios, tchecos, romenos etc., todos insatisfeitos com a húngarização proposta.

Guerra Nacional

Isso acabou resultando em uma insurreição das forças croatas, sérvias e romenas, pois elas não estavam dispostas a aceitar a ascendência magiar e contavam com o apoio, ainda que velado, do império austríaco, a essa altura arrependido do acordo firmado com a Hungria. Eles se voltam então contra os húngaros e exigem o separatismo. Diante disso, o governo húngaro organiza um exército nacional, compra armas e equipamentos e intensifica a propaganda patriótica. Em 11 de setembro a Croácia invade a Hungria, mas é detida pelas forças húngaras perto de Pákozd, Széchenyi é vítima de um colapso nervoso que o obriga a se retirar

da política definitivamente e, em 2 de outubro, Batthyány demite-se do cargo de presidente, deixando o governo da Hungria nas mãos um comitê de defesa, que tem Kossuth como liderança. Nesse ínterim, Viena tenta dissolver o parlamento húngaro, mas todas suas decisões são declaradas nulas pela assembleia húngara. Além disso, em dezembro Fernando V abdica do trono austríaco em favor de Francisco José I, que rejeita em definitivo o pleito húngaro de autonomia e começa a juntar forças para reunificar seu império.

Até a primavera de 1849 a guerra segue sem nenhuma vantagem decisiva para qualquer um dos lados. Em janeiro Buda e Pest são evacuadas e caem nas mãos do exército imperial, levando a assembleia nacional a refugiar-se em Debrecen. Em fevereiro, Viena ganha uma batalha em Kápolna e antecipa sua vitória, abolindo as leis de 1848 e subordinando novamente a Hungria ao seu governo. Não bastasse isso, o incipiente governo húngaro tem de lidar com seus dissidentes internos, partidários da não continuidade da guerra e, inclusive, da deposição de Kossuth. A única alternativa então é a proclamação da independência da Hungria, em meados de abril de 1849. Reunida em Debrecen, a assembleia nacional aceita a promulgação por unanimidade e elege Kossuth como presidente.

Durante toda a primavera as forças húngaras combatem as austríacas, até conseguir libertar Buda e o governo poder reinstalar-se na capital. Nesse momento, Francisco José apela para o Czar Nicolau I, no contexto da Santa Aliança definida no Congresso de 1815, e este ordena a invasão da Hungria pelas tropas russas em junho. O governo húngaro instala-se então, novamente, fora da capital, desta vez em Szeged, ao sul do país. Dali, Kossuth envia emissários diplomáticos a Londres e a Paris, na tentativa de ter a independência da Hungria reconhecida internacionalmente, mas não é bem-sucedido. Tanto a Inglaterra quanto a França estavam mais interessadas no fortalecimento do império austríaco e não em seu desmembramento, pois era, justamente, o que havia entre eles e o império russo. É em Szeged também que, pela primeira vez em toda a Europa, são finalmente reconhecidos os direitos das minorias nacionais. Elas podem agora usar sua língua materna no âmbito da administração local, perante os tribunais, nas escolas primárias e na vida comunitária. Essas medidas, no entanto, foram promulgadas demasiado tarde, quando não havia mais como influenciar o desenrolar dos acontecimentos.

Com o avanço do exército russo os húngaros são derrotados no início de agosto de 1849 em Temesvár. Kossuth transfere seus poderes para um de seus generais e se refugia na Turquia. Mais tarde, exila-se nos Estados Unidos, onde promove uma campanha em prol da independência da Hungria. Segue depois

para Istambul, instalando-se, por fim, em Turim, onde vem a falecer em 1894. Reconhecendo que o confronto com as minorias étnicas teria sido o maior erro da revolução, passou a pregar a noção de uma confederação danubiana multiétnica, que nunca se concretizou.

Em 13 de agosto de 1849, o conselho de guerra decide depor suas armas diante dos russos em Világos e, em outubro, são executados em Arad treze chefes do exército húngaro, assim como o antigo presidente, Lajos Batthyány, e inúmeros outros militares e civis.

Depois da derrota, a Hungria é tratada como país conquistado, submetida à autoridade de um governo militar e depois administrada pelo ministro do interior, Alexander von Bach, que coloca em andamento uma política de germanização por meio de uma censura rigorosa, da repressão das associações civis e da introdução de códigos penais e civis austríacos. Até 1865 os húngaros farão uma resistência passiva a Viena, quando Ferenc Déak inicia um diálogo para a restituição das liberdades constitucionais. O resultado dessa negociação deu origem, em 1867, ao compromisso austro-húngaro, que estabeleceu a monarquia dual da Áustria-Hungria. Esse compromisso garantia maior autonomia à parte húngara, mas um governo comum ainda seria responsável pelo exército, pela marinha e pela política externa do império. Esse acordo perdurou até a Primeira Guerra Mundial, quando o império Habsburgo deixa de existir.

Conclusão

O legado mais significativo das revoluções de 1848 foi o fim do Antigo Regime. A abolição da servidão, do sistema feudal e de outras instituições senhoriais dispensou os camponeses de suas obrigações para com os senhores, abrindo um novo capítulo na história da Europa moderna. Elas marcaram também o início da política de massa e foi durante este período que floresceu a política nacionalista, moldando os acontecimentos da Europa nos anos subsequentes e dando lugar ao surgimento de vários países.

Na história da Hungria, os eventos de 1848-1849 representam um divisor de águas. As demais revoluções europeias tenderam a ser fenômenos citadinos e com reivindicações pontuais, por isso mesmo rapidamente controladas, enquanto na Hungria houve uma grande mobilização de vários setores governamentais e da sociedade. Foi o único país a ter uma revolução que implica uma independência total em relação ao império austríaco. Apesar da radicalização do nacionalismo, que levou a uma fratura interna e à sua conseqüente derrota, hoje o 15 de março

é comemorado pelos húngaros como um dos três feriados nacionais, e representa sobretudo o combate pela soberania do país e pela união nacional.

No âmbito da língua e da literatura, este é um dos períodos mais profícuos da história da Hungria. Os representantes do romantismo nacional recordaram o passado heroico do país, espalhando o ideal de liberdade e alargando os horizontes nacionais para as perspectivas europeias. Após a capitulação, foi a literatura que manteve vivas as esperanças da nação e trouxe novos ideais para os húngaros decepcionados. Haja vista os romances de Zsigmond Kemény e de Mór Jókai, os poemas épicos de János Arany, e o drama *A Tragédia do Homem*, de Imre Madách. Todos eles contribuíram não só para o resgate da língua húngara, mas também para o fortalecimento da identidade nacional, abrindo assim caminho para uma nova geração de escritores e conseqüente renovação intelectual.

Bibliografia

- ASCHER, Nelson. “Petöfi e a Revolução de 1848”. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1503200411.htm>
- BERGER, Helge & SPOERER, Mark. “Crises and the European Revolutions of 1848”. *The Journal of Economic History*, vol. 61, n. 2, jun. 2001, pp. 293-326.
- BRUBAKER, Rogers & FEISCHMIDT, Margit. “1848 in 1998: The Politics of Commemoration in Hungary, Romania, and Slovakia”. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 44, n. 4, out. 2002, pp. 700-744.
- DARUVAR, Yves de. *O Destino Dramático da Hungria. Trianon ou a Hungria Isolada*. São Paulo, Edições Loyola, s/d (c. 1970).
- DEME, Lászlo. “The Society for Equality in the Hungarian Revolution of 1848”. *Slavic Review*, vol. 31, n. 1, mar. 1972, pp. 71-88.
- FLORENZANO, Modesto. “Anotações sobre a Europa em 1848”. *Crítica Marxista*. São Paulo, Xamã, vol. 1, n. 6, 1998, pp. 84-97.
- HOBBSAWN, Erik. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo, Paz e Terra, 2009.
- HONGRIE. *Du royaume de Saint Etienne à la nation hongroise*. Disponível em https://www.clio.fr/chronologie/pdf/pdf_chronologie_hongrie.pdf
<http://www.mfa.gov.hu>
<http://epa.oszk.hu>
<https://pt.wikipedia.org>
- MOLNAR, Miklós. *Histoire de la Hongrie*. Paris, Perrin, 1996, pp. 229-286.
- NIEDERHAUSER, Emil. “La Révolution française et la révolution hongroise de 1848-1849. Essais d'histoire comparée”. *Annales historiques de la Révolution française*, n. 212. Abr.-jun. 1973, pp. 285-303.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “1848 e a Primavera dos Povos”. *Folha de S. Paulo*, 1º fev. 1998. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs01029824.htm>.

TÓTH, Zoltán. “The Nationality Problem in Hungary in 1848-1849”. *Acta Historica Academiae Scientiarum Hungaricae*, vol. 4, n. 1-3, 1955, pp. 235-277.